



PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “OBRA SOCIAL PADRE MIGUEL” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 7 388 643 euros e um total de fundos patrimoniais de 6 689 798 euros, incluindo um resultado líquido de 251 860 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “OBRA SOCIAL PADRE MIGUEL” (a Entidade) em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;



PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.



PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 17 de Março de 2026

PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

Representada por:

Dr. António Paulo Marques Figueiredo - ROC 617



PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

Exm^{os}.

Senhores Associados da Obra Social Padre Miguel

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da Vossa prestimosa e prestigiada Associação, apresentamos um Relatório sobre o exercício da nossa atividade referente ao exercício findo em 31.12.2025. Assim:

- Analisámos os elementos contabilísticos relativos a cada mês e especialmente os referentes ao final de cada trimestre, numa base de amostragem que reputamos adequada.
- Solicitámos, e obtivemos, os esclarecimentos que reputámos necessários para o correto enquadramento da nossa ação.
- Com referência ao fecho de contas efetuámos os procedimentos adequados para averiguar da consistência dos valores do Balanço e dos Resultados.

ACTIVO

Analisámos os saldos das contas de balanço, nas quais os Ativos Fixos Tangíveis têm um peso significativo, representando cerca de 70,30% (62,39% em 2024) dos ativos totais.

Analisámos quanto a esta classe de ativos as taxas e os valores das depreciações e concordámos com os procedimentos adotados. O valor das depreciações foi de cerca de 139 mil euros (igual em 2024).

Os inventários representam menos de 0,5% dos ativos totais e estão ajustados às necessidades imediatas.

Nas restantes contas de ativos de referir a diminuição na conta clientes (em cerca de 54 mil euros).



PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

Os outros ativos correntes, diminuíram cerca de 604 mil euros, totalizando 467 mil euros. Nos outros ativos correntes de destacar os Ativos Não Correntes Detidos para Venda (bens recebidos por doação) – cerca de 260 mil euros (cerca de 242 mil euros em 2024). De referir ainda que nos restantes ativos correntes 121 mil euros se relacionam com o projeto PARES 3.0 e com o PRR – viaturas elétricas.

As disponibilidades, num total de 1 506 mil euros, subiram cerca de 240 mil euros e estão validadas.

PASSIVO

No passivo, duas rubricas, Financiamentos obtidos 72 mil euros (98 mil euros em 2024) e Diferimentos 61 mil euros, totalizando 133 mil euros que representam cerca de 19,16% do Passivo total.

Este facto é relevante, sendo que os Diferimentos (cerca de 61 mil euros) incluem DUV's no montante de 3 mil euros (19 mil euros em 2024) que representam valores já recebidos dos utentes, atuais e potenciais, e têm como contrapartida o direito à utilização, atual ou futura, das instalações e serviços prestados pela Obra. De referir, participações do IEFP (58 mil euros). Em 2025 esta conta foi debitada por cerca de 16 mil euros, transferidos para Rendimentos, conforme ponto 16.5 do Anexo às contas.

O Passivo bancário está concentrado numa única instituição, a que melhor condição ofereceu, após consulta ao mercado.

O serviço da dívida, juros e amortização, é suportável pela Obra.

Os outros passivos são normais e não merecem preocupação (fornecedores e Estado) não se verificando situações de incumprimento.

FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos patrimoniais cresceram cerca de 339 mil euros.



PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

RESULTADOS

O resultado do exercício é positivo por 251 860,51 euros (contra 109 391,47 euros em 2024).

As contas e as peças que as acompanham são suficientemente elucidativas.

Analisámos com o pormenor exigido nas circunstâncias, os valores mais relevantes, de gastos e rendimentos, e validámos os mesmos.

OUTROS

Durante o nosso trabalho fomos emitindo sugestões à responsável pela contabilidade e as mesmas foram prontamente aceites.

Analisámos as coberturas de seguro para os diversos riscos inerentes à atividade e verificámos que os capitais seguros serão suficientes

- Edifícios
- Recheio
- Veículos
- Equipamentos
- Responsabilidade civil
- Acidentes de trabalho

Gostaríamos de agradecer a pronta disponibilidade e colaboração que nos foi prestada pelos serviços e a amabilidade e atenção recebidos da Direção.

Porto, 17 de Março de 2026

PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

Representada por:

António Paulo Marques Figueiredo, ROC 617